

DA DICOTOMIA RURAL-URBANO À URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

from urban-rural dichotomy to territorial urbanization in Brazil

Celso Donizete Locatel *

Resumo

Admitindo-se que não existe uma linha demarcatória, nem uma fronteira que delimita campo e cidade, o propósito desse artigo é discutir alguns dos enfoques que estão sendo empregados para a análise do rural e do urbano, como a dicotomia rural-urbano e a dicotomia campo-cidade, a concepção de continuum rural-urbano e, em especial, a urbanização do campo. Para tanto, foram adotados, como procedimentos metodológicos, a análise da bibliografia nacional e internacional, que aborda esses temas, além de se utilizar de exemplos concretos de fenômenos e processos verificados no campo brasileiro e europeu, não para mera ilustração, mas para corroborar com o debate de tais ideias. Somente quando se entende o campo como forma, que é permeada por conteúdos, por um lado, próprio do mundo rural, ou seja, um conjunto complexo que engloba o social, o cultural, o econômico e o interpessoal, e não simplesmente o agrícola, que está limitado aos aspectos econômicos e, por outro lado, por conteúdos urbanos, é que se pode falar de urbanização do território, logo do campo e da cidade como partes de uma mesma realidade. Assim, para entender a complexidade atual do meio rural e a real intensidade do processo de urbanização no Brasil é necessário realizar uma análise da dinâmica socioterritorial, ou seja, uma análise que rompa com a dicotomia campo-cidade e que busque uma redefinição de conceitos imprescindíveis para a interpretação da complexidade territorial.

Palavras-chave: Urbanização. Rural e Urbano. Conteúdo e forma.

Abstract

Considering that there is not a borderline and a limit between urban and rural, this essay aims to discuss some approaches to analyze urban and rural, like the dichotomy “urban-rural” and “city-countryside”, the idea of an urban-rural continuum and, specially, countryside urbanization. Therefore, methodological procedures that approach this subject such as national and international bibliography research was adopted, as well as actual and concrete phenomena seen at the Brazilian and European countryside to substantiate the defended concepts. For talking about a territorial urbanization, on both countryside and city, as part of the same reality, it is necessary understand the countryside as a form fully with contents that belong particularly to the rural world – a complex whole that include interpersonal, cultural, social and economic dimensions, and not only the agricultural restricted to economic features –, and as a form fully with urban phenomena. Thus, to understand the current complexity of the rural environment and the real intensity of the Brazilian urbanization process, it requires analyses the “socio-territorial” dynamics, breaking the countryside-city dichotomy and trying to redefine indispensable concepts to understand the territorial complexity.

Key words Urbanization, Urban and Rural, Form and Content.

Resumen

Partiendo de que no existe una línea demarcatoria y una frontera delimitada entre el campo y la ciudad, el propósito de este artículo es discutir algunos de los enfoques que están siendo usados para el análisis de lo rural y lo urbano, tales como la dicotomía rural-urbano y la dicotomía campo-ciudad, la concepción de continuum rural-urbano y, en especial, la urbanización del campo. Para ello fueron adoptados como procedimientos metodológicos el análisis de bibliografía nacional e internacional que abordan estos temas, más allá de usar ejemplos concretos de fenómenos y procesos verificados en el campo brasileño y europeo, no como mera ilustración, sino para corroborar las ideas defendidas. Solamente cuando se entiende que el campo como forma, que es permeada por contenidos, por un lado, propio del mundo rural, o sea, un conjunto complejo que engloba lo social, lo cultural, lo económico y lo interpersonal, y no simplemente lo agrícola que está limitado a los aspectos económicos, y, por otro lado, por contenidos urbanos, es que se puede hablar de urbanización de un territorio, y así del campo y la ciudad como parte de una misma realidad. De esta forma, para entender la complejidad actual del medio rural y la real intensidad del proceso de urbanización brasileña es necesario realizar un análisis de la dinámica socioterritorial, o sea, un análisis que rompa con la dicotomía campo-ciudad y que busque una redefinición de conceptos imprescindibles para la interpretación de la complejidad territorial.

Palabras clave: Urbanización, Rural y Urbano, Contenido y Forma.

(*) Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP: 59078-970, Natal (RN), Brasil. Tel : (+55 84) 32153569 - celso.locatel@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo houve um consenso em considerar que campo constituía um espaço em crise e que deveria passar por transformações para superar a condição de atraso. Essa crise diz respeito à perda de importância desse subespaço no conjunto da economia. No caso brasileiro, isso ocorreu a partir do momento em que se iniciou a passagem de uma economia e sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial, após a crise de 1929. Esse processo colocou em marcha uma série de mecanismos que alteraram profundamente os sistemas territoriais, econômicos e sociais, sobre os quais estava apoiada a organização e a exploração das áreas rurais.

No entanto, paradoxalmente, no caso europeu a partir da década de 1950 e no Brasil a partir dos anos de 1980, vem se evidenciando uma tendência inversa entre a importância relativa da economia agrícola e a importância cultural outorgada a ruralidade e seu espaço (MARSDEN, 1994). É um fato constatado que na sociedade capitalista e urbana do final do século XX e início do XIX, o campo vem ganhando um significado simbólico como espaço de reencontro, onde se evoca a vida tradicional, as origens e o contato com a natureza (LÓPEZ-MONNÉ, 2000).

Essa tendência à valorização do espaço rural (campo), e da ruralidade, se contrapõe ao ideário da modernização da agricultura (processo de incorporação crescente de técnicas à produção agrícola), no que se refere à eliminação das relações tidas como tradicionais, que são a base das relações sociais no campo. A partir da segunda metade da década de 1960, no Brasil, a modernização da agricultura foi defendida como um processo que promoveria a transformação do velho mundo rural pelo padrão urbano-industrial (GIULIANI, 1990).

Contudo, no estágio atual de desenvolvimento rural europeu observa-se a existência de atividades próprias das áreas rurais como a agricultura, as agroindústrias, a baixa densidade demográfica e de edificação, que são as características mais comuns desse subespaço, sendo ampliadas por novas, como as residências secundária e principal, o turismo e o lazer. Associados a estas atividades, frequentemente, encontram-se fenômenos como o trabalho agrícola em tempo parcial, a indústria à domicílio, a descentralização industrial e residencial, os movimentos pendulares entre a residência e o trabalho. Dessa forma, observa-se em regiões específicas a intensificação do processo de urbanização do campo, ou seja, do território como um todo, cuja análise permite reunir muitas variáveis, suas relações e transformações históricas do espaço rural (campo) (GARCÍA RAMON, 1995), imprimindo a este um novo conteúdo. A complexidade de usos e funções apresentadas pelo espaço rural na atualidade contrapõe-se a polarização e a dicotomia definida entre cidade e campo, muito presente nas ciências sociais até recentemente. Nesse sentido, García Ramon (1995, p. 53) afirma que “hasta cierto punto, puede afirmarse que actualmente no puede existir el espacio urbano sin el rural, y que éste se ha transformado manteniendo un equilibrio inestable entre las funciones tradicionales y las nuevas funciones, como resultado de los procesos rururbanizadores del territorio”. Assim, as funções do meio rural não derivam de uma classificação das atividades existentes ou dos usos do solo, mas sim da difusão e integração dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural.

Noutra intensidade, esse processo de integração dos elementos que compõem o que tradicionalmente se classifica como rural e urbano, considerando a produção social do espaço de forma dicotômica, vem ocorrendo também em países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil.

Desde o início da década de 1990, na literatura brasileira, a perspectiva de análise dos espaços rurais vem mudando de maneira substancial, como a publicação de trabalhos que trazem importantes contribuições para o debate teórico. Entre os autores que merecem destaque está Graziano da Silva (1999) Schneider (1994 e 1999), Alentejano (1997) Kageyama (1998), Giuliani (1990), entre outros.

As novas abordagens têm propiciado novas formas de análise do subespaço rural, mas ainda é necessário avançar no sentido de superar a definição de espaço rural como um espaço de produção e encará-lo como um espaço para a reprodução, já que se está observando a intensificação da



multifuncionalidade desse subespaço. Desde esse ponto de vista não se está fazendo outra coisa a não ser constatar um processo – de transformação cultural e funcional do campo – que se iniciou a partir da crise do setor agropecuário brasileiro dos anos de 1980.

Para a análise dessa nova realidade estão sendo utilizados conceitos elaborados para explicar fenômenos parecidos que afloraram nos espaços rurais de países considerados desenvolvidos, principalmente nos EUA e em países europeus como França, Holanda, Bélgica, Itália, Espanha, entre outros. No entanto, se depara com um fenômeno vivo, atual e dinâmico, o que exige uma postura reflexiva diante de tal realidade, para não fazer generalizações e nem a transposição de conceitos forjados para outros contextos socioeconômicos. Assim, faz-se necessário considerar que a manifestação de fenômenos como pluriatividade e agricultura em tempo parcial, neoruralismo, segunda residência, uso residencial de áreas rurais, turismo rural, não ocorrem da mesma forma que se observa nos espaços rurais europeus, o que exige uma adaptação de tais noções para a realidade brasileira.

O certo é que os espaços rurais, em especial de estados do Sul e do Sudeste do Brasil, estão passando por transformações, incorporando cada vez mais ciência e técnica, perdendo o caráter de espaços tradicionais, homogêneos e de uma só função (produção agropecuária) e se convertendo em espaços heterogêneos e multifuncionais, refletindo o processo de urbanização do território, que podem ser enfocados a partir de diversas ópticas.

É importante registrar que nesse trabalho considera-se o espaço geográfico enquanto uma totalidade e o espaço rural e o espaço urbano, que podem ser entendidos como sinônimos de campo e de cidade, respectivamente, como sendo subespaços, que são permeados pelos mesmos processos, em especial os de formação econômica e social.

ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O RURAL E O URBANO

Pretende-se aqui apresentar algumas preocupações e insistir na perspectiva do conteúdo e da forma para a discussão do rural e do urbano no Brasil contemporâneo. Nesse contexto, parte-se de um questionamento que há algum tempo emerge nas nossas reflexões e que muito nos inquieta: como definir o rural e o urbano, sobretudo admitindo-se a hipótese de que não existe uma fronteira entre campo e cidade, já que estes são formas, e o rural e o urbano são conteúdo que estão presentes tanto no campo como na cidade?

Convencionou-se na Geografia, durante muito tempo, definir o rural como campo e o urbano como cidade. Essa forma de pensar está associada a duas concepções basicamente: a dicotomia e o continuum, que durante muito tempo serviram de parâmetro para a explicação da realidade concreta. A concepção dicotômica entre campo e cidade está vinculada ao pressuposto teórico que considera a produção do espaço urbano, ou seja, da cidade, e a produção do espaço rural, como processos distintos, que de fato não são. É muito comum notar trabalhos de “geografia agrária” ou de “geografia urbana” que circunscrevem suas análises aos seus recortes de áreas, deixando de estabelecer a relação entre os processos presentes no campo e na cidade, ou seja, privilegiando as formas, e não os conteúdos.

A dicotomia campo-cidade

A dicotomia campo-cidade é uma categoria de análise clássica, utilizada de forma quase incondicional nos trabalhos de Geografia e das demais ciências sociais. Da mesma forma que é amplamente aceita a ideia de que as cidades se constituem a partir de uma base econômica rural.

De início, pode-se destacar que essas ideias estão vinculadas aos mesmos pressupostos teóricos que consideram a produção do espaço urbano (da cidade) e a produção do espaço rural como processos distintos. Não se pode entender a cidade unicamente a partir de sua área administrativa, que normalmente é definida de forma arbitrária. Da mesma forma, não se pode entender o campo enquanto espaço produzido somente a partir da lógica das relações sociais e de produção nele existentes. Esses dois subespaços devem ser compreendidos como parte orgânica de uma mesma



totalidade, uma mesma lógica social, ou seja, é fundamental levar em conta que ambos fazem parte de uma unidade geográfica, econômica, social, cultural e política, da qual depende seu desenvolvimento (DICKINSON, 1961).

Durante muito tempo se considerou espaço agrário como sinônimo de espaço rural. Tradicionalmente e de forma simplista esse espaço era definido como tudo aquilo que não é urbano. Em alguns trabalhos se define espaço rural como sendo a superfície cultivada ou com vegetação nativa, que não sofre a influência direta da cidade.

É evidente que não se pode entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida, mas em ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é amplamente adotada e empregada separadamente como categorias de análise.

A separação campo-cidade representa, segundo Marx, a maior divisão do trabalho material e intelectual. A cidade é considerada o lugar do trabalho intelectual. Sua existência implica de uma só vez a necessidade da administração, da política, de impostos, etc. De forma resumida: necessita da organização comunal, partindo da política em geral. Assim, Marx explicita o conteúdo da divisão do trabalho e, mais claramente, a relação de poder que torna a cidade dominante sobre o campo. Na cidade é onde se dirige, se administra e se regulamenta. É desse lugar que emana o controle financeiro e ideológico, de onde se decide tanto a orientação material da sociedade como sua orientação moral, religiosa e sua forma de consciência (REMY; VOYÉ, 1976).

Nesse mesmo sentido, Henri Lefebvre (1969) afirma que vai se configurar a separação do campo e da cidade baseada na primeira e fundamental divisão do trabalho. Apoiando-se em Marx, esse autor também afirma que a divisão do trabalho entre a cidade e o campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual e, conseqüentemente, entre o natural e o espiritual. A esse respeito, Lefebvre (1969, p.47) acrescenta que

a la ciudad incumbe el trabajo intelectual: funciones de organización y dirección, actividades políticas y militares, elaboración del conocimiento teórico (filosofía y ciencias). La totalidad se divide; se instauran separaciones; entre ellas la separación entre Physis y Logos, entre teoría y práctica, y, ya dentro de práctica, las separaciones entre praxis (creación sobre los grupos humanos), póiesis (creación de obras), téchne (actividad armada de técnicas y orientada hacia los productos). El campo, a la vez realidad práctica y representación, aportaría las imágenes de la naturaleza, del ser y de lo original. La ciudad aportaría las imágenes del esfuerzo, de la voluntad, de la subjetividad, de la reflexión, sin que estas representaciones se disocien de actividades reales.

No caso brasileiro essa oposição não é tão clara, já que historicamente grandes capitais e grupos dominantes se constituíram no campo e, durante muito tempo, exerceram o domínio econômico e político no país.

Pode-se afirmar que essa divisão do trabalho entre campo e cidade não é verdadeira, sequer para o período pré-industrial, no qual a população era predominantemente rural e desenvolvia localmente todas as atividades de manufatura e de serviços necessários à sua reprodução. Também não é verdadeira numa situação em que há modernização da atividade agrícola, porque o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícola, tornando quase obrigatória uma diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais (SARACENO, 1996). É evidente que esse último argumento tem que ser relativizado, por se aplicar a determinadas regiões dos países desenvolvidos e a algumas poucas áreas da realidade brasileira.

Campo e cidade são construções sociais. São subespaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva: a do modo de produção capitalista, como enfatiza Lefebvre (1999).

Se campo e cidade são formas espaciais produzidas por relações sociais, rural e urbana constituem as relações que configuram o modo de vida específico para cada espaço, ou seja, são os conteúdos que dão vida a essas formas.

Assim, rural e urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais. As contradições colocam a



realidade plural do desenvolvimento da sociedade: o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente; a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano.

O fato de ambos os espaços incorporarem atividades e estratégias de vida que não são próprias de suas lógicas, não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneizam, pois especificidades são mantidas. As diferenças são sustentadas, pois são justamente elas que caracterizam cada subespaço.

A relação entre ambos se fortalece, pois tanto o campo quanto a cidade passam a ser cada vez mais valorizados pelas suas peculiaridades. Espaços que se diferenciam, mas que também se completam pela intensidade da relação estabelecida.

Neste sentido, Lefebvre (1999) afirma que o desenvolvimento tecnológico e produtivo também contribuiu para construir outra realidade, onde bens raros tornaram-se abundantes e bens abundantes tornaram-se raros. Essa nova raridade, apropriada pelo capital, remodela os espaços e as relações. O descanso e o lazer transformam-se em objetos de desejo diante da realidade um tanto quanto caótica das cidades.

Para Santos (1993), a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade. Rural e urbano não podem ser divididos, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes. São partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia, o fato de apresentarem aspectos que os tornam comuns, não os transformam em um todo homogêneo.

Assim sendo, Abramovay (2000) afirma que a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (econômica, política e culturais) impulsionam a construção de uma outra realidade.

Deve-se acrescentar que, com a intensificação das relações torna-se cada vez mais difícil separar o rural do urbano, o que não significa que esses subespaços não existam. Com isso, fica claro que cada vez menos as categorias de análise campo e cidade ou rural e urbano, tomadas como dicotômicas e opostas não servem para explicar a realidade territorial de um município, de uma região ou de um país.

O Continuum rural-urbano

Nessa teoria se conserva a dualidade característica da interpretação clássica do rural-urbano, idealizando a sociedade rural como um estágio atrasado social e economicamente que deveria ser superado, ou seja, deveria se modernizar. Então o surgimento dessa concepção de continuum rural-urbano está vinculada ao imaginário de rural atrasado, em que o homem do campo é rústico, o rural precisa ser modernizado, logo ele precisa ser urbanizado. De fato, o rural deve ser urbanizado, mas não superado.

Para tanto, deveriam ser difundidas as práticas socioeconômicas, os modos de vida e a cultura urbano-industrial. Isso demonstra o caráter acrítico apresentado por tais teorias, motivadas pelo desenvolvimentismo e pelo etnocentrismo subliminarmente nelas contidos.

Nessa concepção, a análise do meio rural é feita a partir do paradigma da modernização e normalmente são ressaltadas as relações assimétricas existentes entre esse e o meio urbano-industrial. Assim, o rural, conseqüentemente, é percebido como área periférica ou dependente de interesses de grupos ou classes externos a ele. Confunde-se, portanto, a dimensão setorial da agropecuária com a dimensão territorial do rural, que não está circunscrita, por sua vez, à mera dimensão econômica. Ou seja, todos os elementos e processos que compõem o rural, mas não estão relacionados ao setor agropecuário, são excluídos da análise.

Além disso, rural e urbano são diferentes, porém são subcategorias do espaço geográfico, logo, são complementares, um não existe sem o outro. É preciso entender a urbanização nessa perspectiva como processo, e enquanto processo ela não se circunscreve aos perímetros urbanos. Esse processo é de caráter territorial e não se restringe simplesmente à produção da cidade.



A URBANIZAÇÃO COMO PROCESSO E O ESPAÇO RURAL

É preciso entender a urbanização como processo, na medida em que campo e cidade são construções sociais, são espaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferenciadas, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva. Somente quando se entende o campo como mundo rural, ou seja, um conjunto complexo que engloba o social, o cultural, o econômico e o interpessoal, e não simplesmente como agrícola, que está limitado aos aspectos econômicos, é que se pode falar de urbanização do campo.

O processo de urbanização do espaço rural vem sendo analisado, de maneira geral, através de duas abordagens distintas. Em uma se privilegiam as transformações territoriais, perpassadas pelos fatores econômicos, enquanto que a outra está centrada mais nos aspectos sociais. No entanto, o que parece ser mais adequado é uma análise que contemple todos esses aspectos e que coloque em evidência a maneira como eles estão imbricados.

Diante das constantes mudanças ocorridas no mundo, um intenso processo de urbanização pode ser claramente observado. Esse processo é responsável por produzir excessivas concentrações urbanas, acelerando assim, o crescimento da população residente nas cidades. Segundo a Organização das Nações Unidas no século XIX apenas 3% da população mundial residia nos centros urbanos, enquanto hoje em dia mais de metade da população vive nas cidades.

Lefebvre (1991), ao considerar o processo de industrialização como o motor das transformações na sociedade, enumera algumas das principais mudanças produzidas por este: a expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria”, a concentração da população nas cidades (decorrente do despovoamento e da “descamponização” das regiões predominantemente rurais), a ampliação, não apenas das periferias (agora fortemente povoadas), como, também, das redes (bancárias, comerciais, industriais) e de habitação. Segundo o referido autor, todo esse processo é responsável pela ampliação, e generalização da sociedade urbana. A realidade urbana faz-se reconhecer como realidade socioeconômica.

Nesse sentido, Molinero (1998) ressalta que

[...] La aceleración de los procesos de urbanización – que entraña una objetivación de la necesidad de espacio y una evidente competencia por el suelo –, el aumento del nivel de vida y de la tecnología de las comunicaciones – que ponen al alcance de ciertos estratos de consumidores la apropiación de superficies nuevas –, y la ideología ecologista – que, por una parte, sostiene publicitariamente el mercado del espacio y, por otra, sensibiliza al público urbano de los problemas del medio ambiente –, hacen emerger al espacio rural como una de las categorías importantes que manejan hoy los profesionales de la planificación y de la ordenación del territorio (REMICA, 1978, apud MOLINEIRO, 1998, p. 55).

No Brasil, o processo de urbanização teve seu destaque ampliado a partir do desenvolvimento do setor industrial. A modernização chegou ao campo moldada no padrão urbano-industrial, exigindo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais e mão de obra qualificada, indispensáveis à produção agropecuária. Esse campo moderno repele os pobres e os trabalhadores da agricultura capitalizada, que passam a viver cada vez mais nos espaços urbanos (SANTOS, 1993).

As principais transformações no campo são identificadas, por um lado, pela tendência à expansão das ocupações não-agrícolas por pessoas que habitam áreas até então reconhecidas como rurais e, enquanto tal, predominantemente agrícolas, e de outro, pela manifestação de práticas culturais tanto na cidade como no campo.

Foi a partir da década de 1990 que diversos estudos foram realizados, como, por exemplo, o Projeto Rurbano, coordenado pelo Instituto de Economia da Unicamp, envolvendo várias entidades de pesquisa em vários estados brasileiros (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, além do DF), tendo como objetivo discutir a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não-agrícola nas pesquisas sobre o meio rural, além de analisar a importância das atividades não-agrícolas para a população residente nas áreas rurais.



Todas essas mudanças provocadas pelo processo de industrialização acabaram por gerar uma extensa competitividade pelos novos usos do solo (considerado) rural – atividades industriais, residenciais, e a prática do ócio que dividem com as atividades agrárias o mesmo espaço, resultando na constituição dos espaços rurais urbanizados e de espaços periurbanos.

Antes de aprofundar o tema, deve-se destacar a diferença entre periurbanização e urbanização do campo, uma vez que no primeiro caso encontra-se uma pressão muito forte sobre os usos agrícolas do solo, com o surgimento de novos usos que, em maior ou menor medida, causam a eliminação de usos tradicionais, enquanto que no segundo caso isso ocorre em menor proporção (GARCÍA RAMON, 1995).

A periurbanização significa a implantação do modo de vida urbano, com todos os seus elementos e, conseqüentemente, transformações sociais acompanhadas de mudanças no uso do solo e das atividades econômicas predominantes. Os movimentos pendulares ao trabalho e ao estudo de parte significativa da nova população, possibilitado pelo aumento do número de veículos privados, pelas melhorias nos transportes públicos e infraestruturas, são os resultados mais evidentes desse processo.

O surgimento da periurbanização pode ser resultado do planejamento público, da intervenção de empresas privadas, da atuação individual ou coletiva não estruturada (GARCÍA RAMON, 1995), ou ainda pode ser a combinação das atuações, situação facilmente identificada em áreas próximas às cidades brasileiras, em especial as regiões metropolitanas.

A competição entre os novos usos do espaço rural, incluindo o residencial, torna-se evidente tanto no entorno das grandes cidades, onde se observa o desaparecimento das explorações agrícolas, originando um espaço periurbano de considerável dimensão com características particulares, como em áreas mais distantes, onde os espaços rurais perdem seu conteúdo agrário tradicional ganhando outro, residencial-urbano (MOLINEIRO, 1990).

Esse novo conteúdo é distinto da segunda residência nos arredores das cidades ou em áreas privilegiadas de costa, de serras ou de interior, ligadas a funções de turismo e lazer. Associado a este fato, o fenômeno da exurbanização ou contra-urbanização está contribuindo para o aumento do assentamento de população urbana em áreas rurais, que modificam suas características tradicionais (MOLINEIRO, 1990). Este fenômeno que, até a década de 1980, era quase exclusivamente dos países desenvolvidos, está cada vez mais presente na realidade de países como Brasil, Argentina e Chile (BERNARDELLI, LOCATEL, BARBUDO, 2003).

Cabe destacar que a periurbanização ocorre de forma difusa e não contínua, já que suas áreas componentes podem se solapar e inclusive apresentar estruturas hierárquicas (GARCÍA RAMON, 1995).

Mesmo sendo processos diferentes, a periurbanização e a urbanização do campo possuem nas suas bases os mesmos elementos desencadeadores, ligados ao crescimento da cidade, ao desenvolvimento da economia urbana e as necessidades da população urbana. Esse fato revela a contradição do processo de urbanização do campo, pois este deveria se realizar para atender às necessidades da população rural, ou seja, a melhoria da infraestrutura básica, dos serviços como educação, saúde, habitação e lazer, que é direito de todos, deveriam ser garantidos diretamente a toda a população camponesa.

Em relação à urbanização do campo, Garcia Ramon (1995) aponta que é um processo que tem origem no âmbito urbano e apresenta cinco componentes essenciais que englobam aspectos temporais e espaciais. O primeiro componente desse processo é a perda de população resultante da mecanização das atividades agrícolas e uma maior especialização produtiva. Como consequência da mecanização, observa-se a concentração do fator de produção terra, permitindo a produção agrícola com um número cada vez menor de mão de obra, que, predominantemente, é composta de trabalhadores rurais de meia idade, enquanto que a população jovem migra para a cidade, atraída pelas vantagens que este subespaço apresenta em relação ao campo, e a população mais envelhecida realiza atividades tidas como menos rentáveis, vinculadas a agropecuária.



O segundo componente é o uso residencial do espaço rural. Em áreas próximas as cidades, principalmente de médio e grande porte; é comum a fixação de residência em casa unifamiliar em espaços rurais, por famílias de jovens de classe média que se deslocam diariamente ao trabalho na cidade, ocorrendo um rejuvenescimento da população. A tendência é a conversão dessas áreas em subúrbio-dormitório, exercendo uma pressão sobre os usos agrícolas, que pouco a pouco dão lugar a atividades de prestação de serviços e, conseqüentemente as atitudes e comportamentos urbanos de classe média se impõem sobre os da sociedade agrária (GARCÍA RAMON, 1995).

A residência secundária e o re-povoamento pela imigração permanente de população aposentada para áreas rurais é o terceiro componente do processo de urbanização do campo. A ocupação de áreas rurais por essa população se dá em áreas mais distantes das cidades, sem exigência de boa acessibilidade, já que a intensidade dos deslocamentos é menor. Como consequência, se tem o envelhecimento da população, o surgimento de novas atividades de serviços para atender a população permanente e temporária que se instala nessas áreas. Normalmente, se mantém o predomínio da população local, com uma integração social muito reduzida dos novos habitantes, ocorrendo uma separação entre as duas comunidades (GARCÍA RAMON, 1995).

O quarto componente é a implantação de alguma atividade que só pode ser realizada em áreas rurais com determinadas condições, como por exemplo, a instalação de hidroelétricas ou parques aquáticos. Esse tipo de atividade provoca a imigração de técnicos, especialistas, comerciantes, empregados para a construção civil, hotelaria e outras atividades, chegando à substituição de parte importante da população local. Nesse caso, normalmente não há a eliminação das atividades agrárias, que continuam sendo muito importantes para a dinâmica econômica regional, diferenciando-se do segundo caso (GARCÍA RAMON, 1995).

Por fim, em áreas onde as atividades agropecuárias ainda são relativamente importantes do ponto de vista econômico, predomina a população rural original. Nessas áreas, com as transformações na produção agrícola, com a intensificação dos fatores capital e trabalho, mesmo havendo a incorporação de elementos do modo de vida urbano, como a ampliação das relações intersetoriais, ainda há o predomínio de grupos sociais de agricultores e da sociedade rural. Analisando as transformações territoriais do campo se pode estabelecer uma graduação do espaço rural, a partir do nível de urbanização apresentado por este. Assim, pode-se definir espaços semi-urbanos e semi-rurais urbanizados; que juntos são exemplos de rururbanização; e, por fim, os espaços propriamente rurais (GARCÍA RAMON, 1995).

Através da análise da urbanização difusa e da urbanização do campo, na Grã Bretanha, Hugh Clout (1976) emprega uma graduação do território, classificando os distritos não-urbanos da Inglaterra e País de Gales como: a) distritos agrícolas-rurais, que possuíam escassez de serviços comerciais, sociais e de educação; b) distritos rurais, que apresentavam um número de pessoas empregadas na agricultura que oscilava entre um terço e a metade da população e; c) uma terceira categoria de distritos que são os rural-urbanos, onde se encontra menos de um terço da população empregada no campo. A partir dessa classificação, o autor chega a conclusão de que 3/4 dos distritos rurais na Inglaterra e País de Gales eram, já em 1951, do tipo pseudorural.

O autor ainda destaca que a urbanização difusa ultrapassou os limites das cidades centrais, absorvendo as cidades que tinham função de centros comerciais, as pequenas cidades, com funções reduzidas, e as vilas, que juntas compõem o que ele define como cidade-região.

Os espaços semi-urbanos são aqueles que possuíam uma estrutura anterior rural, onde se desenvolveram amplas áreas residenciais urbanas ou de indústrias e serviços descentralizados. Esses espaços preservam um equilíbrio entre as antigas estruturas rurais e as novas urbanas e se encontram vinculados territorialmente por um sistema de comunicação, a centros urbanos bem desenvolvidos.

A diferenciação entre os espaços periurbanos e os semi-urbanizados dependerá dos critérios adotados e dos objetivos estabelecidos para a análise, pois estes apresentam características muito similares, com exceção do equilíbrio entre a tradição e o uso rural e os novos usos urbanos apresentados pelo segundo. Esses espaços são comuns nos países europeus de densidades populacionais



maiores, sendo possível identificá-los em algumas regiões brasileiras, como por exemplo, nas áreas metropolitanas de São Paulo e de Campinas.

A urbanização do campo

De acordo com Lefebvre (1969), sobre a base territorial e econômica do campo, ou vinculada a ela, surgem fenômenos de outra ordem, de outro nível, os da vida social e cultural. A sociedade e a vida urbana, conduzidas pela expansão urbana, penetram no campo. Assim, pode-se entender a urbanização como um processo de transformação que afeta tanto a cidade quanto o campo. Também é importante destacar que é a cidade o centro de difusão da urbanização e é aí que esse processo atinge seu ponto máximo de desenvolvimento. Dessa forma, é a imagem da cidade que possui um papel importante para a difusão e a estruturação do modelo urbano no meio rural (REMY e VOYE, 1976).

O modelo de vida urbano presente no campo implica em infraestruturas básicas e em outros sistemas de valores. As infraestruturas básicas urbanas mais comuns são a eletricidade, o gás de cozinha (butano), acompanhados pelo automóvel, a televisão, os eletrodomésticos, o mobiliário “moderno”, o que implica em novas exigências relacionadas aos serviços. Quanto ao sistema de valores, ocorre uma rápida adoção do lazer e de características culturais vinculadas ao urbano (a música, a dança, as festas, etc.), e de costumes “modernos” como, por exemplo, os hábitos alimentares e relações pessoais. Intrínseco a isso, surge uma nova forma de consumir. Assim, se prolifera uma racionalidade difundida pela cidade. Entre a população rural, são os jovens que contribuem ativamente para essa rápida assimilação de coisas e representações vindas da cidade (LEFEBVRE, 1969).

É certo que as condições para as transformações do campo encontram-se nas modificações do contexto estrutural global. Assim, um dos elementos mais determinantes do processo de urbanização é o aumento da mobilidade geográfica, tanto de pessoas e bens, quanto de ideias. Este elemento está diretamente associado aos meios de transporte e de comunicação.

Um dos fatos mais significativos que marcou a evolução da sociedade nas últimas duas décadas, foi a inovação tecnológica e o avanço das telecomunicações. Expressões como Era da Comunicação e revolução das telecomunicações, são usadas para definir uma época e uma sociedade em contínua transformação que se manifesta, por exemplo, nos hábitos que podem ser observados no comportamento da população, em relação ao território, os quais são próprios de uma sociedade urbana.

As transformações recentes em áreas rurais são o resultado das novas relações que se estabelecem a partir da apropriação do espaço pela sociedade pós-indústria. A sociedade pós-industrial tem por base os serviços e a fonte do poder nela existente radica na informação. Esta sociedade pauta-se, pois, pela ascensão dos serviços, que se tornam hegemônicos e, inversamente, pelo declínio das atividades industriais (BELL, 1974, p. 148 e 149). No caso do Brasil, não se pode falar de uma sociedade pós-industrial de forma generalizada no âmbito nacional. No entanto, pode-se falar em traços de uma sociedade pós-industrial nas regiões onde ocorreu a territorialização do fenômeno industrial de forma mais expressiva, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e outros. Nesse sentido, a evolução dos sistemas de transporte e das comunicações e os valores ambientais estão reconfigurando um novo cenário geográfico, que solapa a tradicional divisória do espaço entre rural e urbano (CORS e IGLESIAS, 2000).

Como consequência do aumento da mobilidade, propiciado pelos avanços tecnológicos, ocorre a facilitação das relações entre porções do território cada vez mais extensas e mais distantes entre si. Isso corre, por um lado, com a redução dos custos (dinheiro e tempo) dos deslocamentos de pessoas e mercadorias. Por outro lado, o desenvolvimento dos meios de difusão (principalmente a televisão e o telefone) permite que os indivíduos e os grupos tenham acesso a um enorme rol de informações de diversas procedências, sem mover-se do lugar. Assim, a proximidade física não é mais o elemento principal para a formação das redes de relações necessárias para a vida no cam-



po. Da mesma forma, não é mais indispensável, como era antes, viver na cidade para usufruir das “vantagens” sociais e culturais disponíveis em uma sociedade (REMY e VOYÉ, 1976).

Antes da Segunda Guerra Mundial, A.W. Asbhby (1939, p. 369, apud CLOUT, 1976, p. 71) defendia que nos países desenvolvidos estava nascendo uma cultura comum para o campo e a cidade. Esse autor afirmava que “lentamente, mas com certeza, muito mais rápido que antes, a população rural absorverá a maior parte dos elementos da cultura comum [urbana], a adoção de valores que seriam para o bem de toda a sociedade”. No entanto, há que se considerar que o processo inverso também acontece, ou seja, a incorporação de valores e costumes rurais pela população urbana.

Nos últimos cinquenta anos, pode-se constatar esse fenômeno de expansão e incorporação da cultura urbana no campo. Outro aspecto que é visível é o papel dos jovens neste processo. O que teria que ser acrescentado é a forma que ocorre tal atuação.

Como todas as transformações que gradualmente ocorrem no espaço rural, por meio da incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo (modernização da agricultura), dos avanços nos meios de transporte e de comunicações e das novas demandas que isso implica, o meio rural se vê afetado pelo deslocamento da vida social. Esses deslocamentos, em parte, se dão pelas novas relações estabelecidas pelo conjunto da população do campo com outros grupos e, em maior medida, pelas novas formas de interação social dos jovens. Estes passam a se deslocar para a cidade para trabalhar ou para receber instruções nas instituições de ensino, além de buscarem também atividades de lazer. Dessa forma, se multiplicam os deslocamentos desse segmento da população rural (que agora passam a ser quase que diários) fora do meio de vida residencial. Este fator associado a objetos como o rádio, a televisão e, recentemente, o telefone (fixo e móvel) e ainda em menor proporção a internet, servem para difundir o modo de vida urbano que a população rural toma como seu. Todas as transformações estruturais do campo são acompanhadas por transformações das representações sociais e culturais no meio rural. Assim, o papel de arrancar grande parte da população do “embrutecimento” da vida no campo, já não se configura como uma das virtudes das grandes cidades, como afirmaram Marx e Engels (VEIGA, 2002).

Diante de uma nova conjuntura, a lógica do meio rural tende a se transformar e a se orientar a partir de uma lógica urbana. Além da introdução do instrumental tecnológico, que às vezes não representa mais que um símbolo da modernização, o meio rural se redefine através do desenvolvimento da mobilidade, devido aos avanços tecnológicos de transporte e comunicações e pela incorporação de uma imagem da cidade, que se difunde e é incorporada à cultura da população rural.

Em geral se considera que a urbanização do campo é um processo que ocorre nos países desenvolvidos. É evidente que a urbanização do campo é mais intensa nesses países. Da mesma forma que é obvio que este fenômeno não é exclusivamente desse grupo de países, como afirma vários autores como, por exemplo, García Ramon (1995), Molineiro (1990), Clout (1976), entre outros. Também afirmações como “a transformação social do campo nos países desenvolvidos é a consequência da passagem para a sociedade pós-industrial” (MOLINERO, 1990, p. 339), deveriam ser relativizadas, já que a urbanização do campo não depende exclusivamente das mudanças territoriais e econômicas, sendo as transformações de ordem social e cultural importantíssimas para o avanço desse processo. Ainda assim, se poderia acrescentar o fato de que em países que não se caracterizam como sociedades pós-industriais, como é o caso do Brasil, ocorre esse processo. Nesse caso, o que se deve considerar é que a intensidade e o conteúdo desse fenômeno não são os mesmos em ambos os grupos de países.

Outro aspecto que merece ser considerado é o fato de que este processo está presente também em áreas distantes de áreas metropolitanas ou de centros urbanos importantes, com alto índice de industrialização e alta densidade demográfica. Pode-se afirmar isso apoiando-se no que se observa nas microregiões de Jales e Fernandópolis, no noroeste de São Paulo, as quais estão localizadas a mais de 500 km da capital e a 150 km de uma cidade de porte médio, com a qual mantém mais relações, no caso São José do Rio Preto. Aí estão presentes elementos típicos da urbanização do campo, como por exemplo, o uso residencial de áreas rurais, o deslocamento pendular, o nível de



consumo não produtivo, a presença das novas tecnologias da comunicação, entre outros. Mesmo em áreas rurais de regiões menos desenvolvidas, como o Sertão Nordestino, verifica-se a extensão de serviços à população rural, o aumento do consumo não produtivo, com destaque para os automóveis, a motocicleta, que vem substituindo o uso de animais de montaria, o uso do celular, além de outros elementos.

Nos últimos 30 anos, mesmo estando distantes de centros urbanos importantes, pode-se observar transformações significativas na dinâmica territorial, social e econômica e nos valores culturais da população dessas regiões, que incorporaram vários elementos que compõem o processo de urbanização.

No entanto, os aspectos mais evidentes são os relacionados à economia e à ocupação da população rural. No caso brasileiro, desde o início da década de 1990, uma parcela considerável da população rural não trabalha em atividades agrícolas. Em 1990, no Sudeste, de cada cinco pessoas residentes no meio rural, apenas duas estavam envolvidas em ocupações agropecuárias. As Pesquisas por Amostra Domiciliar do IBGE indicam que no período de 1992 a 1995, enquanto a população economicamente ativa que vivia no campo aumentou em 200 mil pessoas, o número de trabalhadores rurais diminuiu em 350 mil pessoas. No mesmo período, aumentou o número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. A proporção da população rural ocupada em atividades não-agrícolas no país passa de 20,8% em 1992 para 22,8% em 1995. No estado de São Paulo, aumenta de 35,5% para 44,2%, no mesmo período, de acordo com os dados das PNAD's.

O surgimento de novas alternativas de trabalho nos setores de prestação de serviços, construção civil, comércio e área social tem contribuído para manter parte da população no campo. A quantidade de empregos não-agrícolas criados na zona rural aumentou 35% entre 1990 e 2000, o que equivale a 1,2 milhão de novas vagas, segundo dados da Pesquisa por Amostra Domiciliar (PNAD) do IBGE, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Isso acontece porque surgem também novos negócios nas áreas rurais ligados ao turismo e ao lazer, além do uso residencial. Além disso, o campo representa uma opção para que algumas indústrias fujam dos altos custos de instalação e manutenção existentes nas cidades.

Porém, cabe ressaltar que todas essas transformações que estão ocorrendo no mundo rural, de maneira mais ampla nos países considerados desenvolvidos e, em curso no espaço rural brasileiro, com a população rural buscando e conseguindo uma paridade em relação à urbana, não ocorre de maneira homogênea, inclusive nas sociedades modernas. Pelo contrário, uma grande parcela da população rural mundial vive em áreas mais vulneráveis dos territórios, sendo caracterizadas pela inferioridade socioeconômica de sua população em relação à população urbana. Essa situação, de pobreza rural, é consequência da distribuição desigual da riqueza de uma sociedade (WANDERLEY, 2001).

Nesse contexto, determinados dados comprovam que novas articulações entre o campo e a cidade têm sido verificadas, levando alguns estudiosos a afirmarem que ocorre a urbanização do campo ou o fim do rural. Aqui, deve-se explicitar que a urbanização do campo não significa a eliminação ou o fim do rural, mas sim transformações nesse subespaço que implicarão em uma nova forma de interação dos elementos que o compõem, ou seja, um novo rearranjo que implicará em uma nova ruralidade.

Wanderley (2001) realiza críticas à concepção que considera que a urbanização causaria o fim do rural, explicando o significado do conceito “urbanização”. Para ela, a urbanização se refere

[...] a concentração do povoamento em um espaço, além de uma certa densidade, o que implica a concentração de técnicas, de meios de produção, de poderes, de necessidades. Neste sentido, ela está intimamente ligada à idéia de difusão de um sistema de atitudes e de condutas, o que faz da cidade a produtora de uma cultura. (...) a cidade e o campo representam dois tipos de relações entre uma



sociedade e seu espaço, duas maneiras de dominá-lo tecnicamente e de organizá-lo economicamente (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Desta forma, para Wanderley (2001) a difusão de expressões culturais da cidade para a população rural está associada ao conteúdo da cidade e não à forma espacial urbana, sendo que a expansão da cultura urbana fora da cidade pode ocorrer, sem que, no entanto, ela destrua a dualidade de formas ecológicas representadas pelo rural e pelo urbano. Essas características refletem mudanças que vêm ocorrendo e que levam para o fim da tradicional dicotomia rural-urbano, marcadas pelo isolamento e pela oposição total entre essas duas realidades.

Na base de todas essas transformações está uma nova concepção de espaço rural, promovida pela sociedade do fim do século XX e desde uma óptica da população urbana, que entende esse espaço como novos territórios, que têm como função dar resposta às novas demandas de diversas naturezas, desde sociais até ambientais, distintas das tradições de simples espaço de produção e abastecimento de alimentos. Assim, as áreas rurais são territórios que desempenham novos empreendimentos junto à herança funcional de atividades produtivas eminentemente agrárias que historicamente estão definidas (PLAZA GUTIÉRREZ, 2000).

Todos esses elementos que compõem o processo de urbanização do campo têm provocado transformações que podem ser mais ou menos intensas, gerando uma complexidade no meio rural jamais vista antes. Assim, se observa o surgimento de uma nova ruralidade.

As dimensões da cidade

Nessa perspectiva é necessário refletir sobre as dimensões da cidade, porque assim também apreendemos as dimensões do campo, entendendo ambos enquanto formas. De acordo com Capel (2003), a cidade apresenta três dimensões que devem ser consideradas, para uma abordagem conceitual: a primeira é o próprio espaço construído, que apresenta características morfológicas que facilmente se pode reconhecê-lo como “urbano”. Este aspecto é o que os romanos definiam como *urbs*.

A segunda dimensão, ao mesmo tempo, considera a cidade como realidade social construída pelos cidadãos que nela vivem, refletindo o uso que estes fazem do espaço construído. Assim, é possível verificar em seu interior as diferenças socioespaciais resultantes das relações nela estabelecidas. Esta dimensão é a que os romanos se referiam ao falar das *civitas*.

E por fim, a terceira dimensão da cidade é territorial, que a transforma em uma unidade político-administrativa possuidora de um ordenamento jurídico. Essa dimensão é extremamente complexa por estar subordinada a diversas instituições, que no caso brasileiro, são municipais, estaduais e federais. Além disso, a cidade sofre as influências das decisões tomadas pelo setor privado nacional e internacional e pelas instituições supranacionais, decisões estas que refletem na dinâmica da cidade. Essa dimensão territorial e os grupos sociais são o mesmo que a *polis grega* (CAPEL, 2003).

A cidade é a materialização concreta de uma realização humana, que vai se constituindo ao longo do processo histórico, que ganha materialidade diferenciada pelas múltiplas determinações as quais está submetida. Assim, o espaço físico da cidade se estende e se renova incessantemente, o que lhe permite, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico assumir formas, características e funções distintas.

Então, diante disso, acredita-se que para pensar o que é o urbano ou o que é a cidade, teríamos que analisar a dimensão material, a dimensão jurídica e a dimensão do uso e apropriação desse espaço, e é nessa dimensão do uso e apropriação que se pode afirmar que ela não é feita apenas pelos cidadãos, é feita também pelos camponeses. Então aí podemos fazer uma interpretação do espaço geográfico numa dimensão mais totalizante e não fracionada.

Há de se refletir se de fato o que se convencionou denominar de cidade no Brasil, o que se constituem em cidades ou que são meras aglomerações de população. Não estamos defendendo aqui a visão do José Eli da Veiga (2002) sobre “cidades imaginárias”, mas sim fazendo uma observação



de que precisamos pensar sob a perspectiva territorial para se compreender essa dimensão do rural e do urbano.

Na atualidade, pela complexidade das relações existentes, Santos (1993) coloca que a cidade se tornou o locus da regulação do que se faz no campo. Além disso, a cidade assegura a cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, por outro lado, a cidade se adapta para responder às novas demandas do campo, como este se torna muito diferenciado pelas multiplicidades de outros objetos geográficos que o formam, isso faz com que a cidade deixe de ser a cidade no campo para se tornar a cidade do campo.

Isso evidencia que não dá para compreender cidade e campo de forma isolada porque tratam-se apenas de formas, e não de conteúdo. O conteúdo é outra coisa, o qual se estabelece a partir das relações sociais nessas subcategorias do espaço. Assim sendo, Santos (1993, p. 56) argumenta que “o consumo produtivo rural não se adapta as cidades, mas ao contrário as adapta”. Essas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares e daí a maior diferenciação entre as cidades.

Dessa forma, entende-se que “tanto no passado como no presente, a separação que se faz comumente entre o comércio e a indústria urbana e a agricultura rural é artificial e imaginária, pois ambos não provêm de diferentes pontos de origem” (JACOBS, 1971, p. 24 e 25). Assim, reafirma-se a ideia de que urbano e rural são conteúdos, que não existem de forma separada. São conteúdos que dão significados as formas campo e cidade.

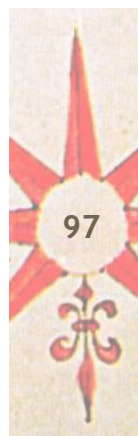
RURAL E URBANO: conteúdos diferentes e complementares

Considerando o rural e o urbano como conteúdos do espaço geográfico, a partir de uma aproximação empírica, emergem outras perguntas: Qual é a dimensão do rural no Brasil contemporâneo? O que significa afirmar que o Brasil é 86% urbano? Significa dizer apenas que 86% das pessoas vivem em residências que estão localizadas em perímetros urbanos, ou seja, é uma definição meramente normativa, que não reflete o nível de urbanização do país e menos ainda o rural e o urbano. É questionável admitir que o Brasil, com as características que tem, é 86% urbano, pois esse índice não explica absolutamente nada, tornando-se necessário avançar para a compreensão dos diversos níveis do processo de urbanização do território brasileiro.

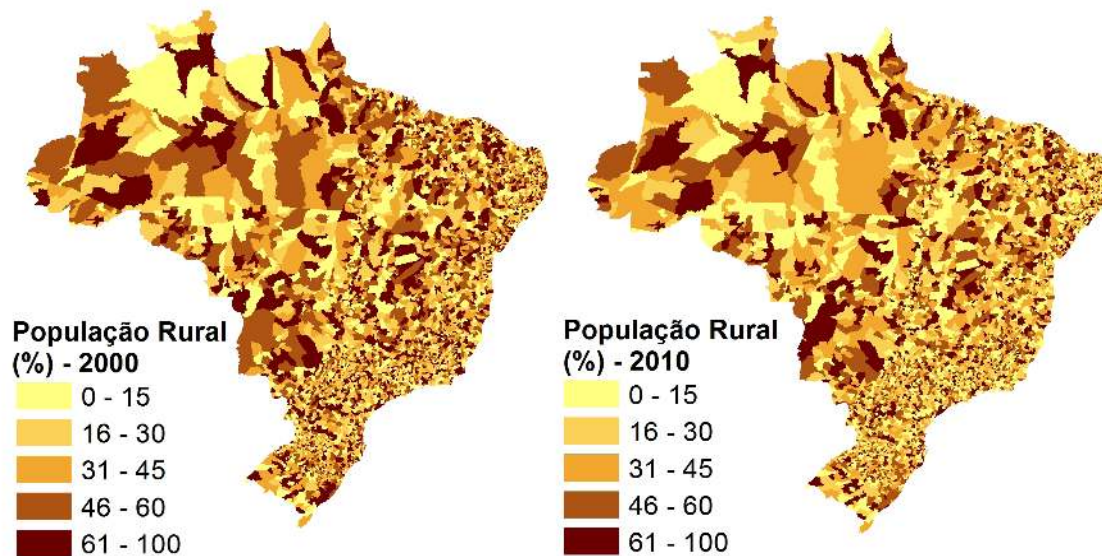
Como forma de evidenciar tais constatações, os cartogramas elaborados com base nos dados obtidos nos Censos Demográficos do IBGE (2000, 2010) expressam a distribuição da população rural no Brasil e a variação apresentada entre 2000 e 2010. (Figura 1).

Observando os dois cartogramas que representam a distribuição da população rural, em 2000 e em 2010, nota-se que de maneira geral houve uma redução da população rural no Brasil. No entanto, ao analisar o cartograma que representa a variação da população rural no Brasil, no mesmo período, verifica-se que 12% dos municípios brasileiros apresentaram crescimento da população rural. Diante dessa alteração podemos afirmar que estamos diante de um processo de ruralização desses municípios? A resposta é não, pois muitos desses municípios estão localizados na região de expansão da fronteira agrícola brasileira, em especial nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, assim como no sul do Maranhão e Piauí e no oeste da Bahia, onde houve um processo de urbanização significativo e não um processo de ruralização.

Além do fenômeno da expansão da fronteira agrícola, há que se considerar outros fenômenos como o neo-ruralismo e a produção de unidades residenciais em condomínios fechados ou não, em nas zonas rurais, ou seja, fora do perímetro urbano de municípios dos Centro-Sul. Sendo assim, não se pode considerar isoladamente esses indicadores de população rural e população urbana e simplesmente utilizá-los como variável única para mensurar a urbanização no Brasil. O neo-ruralismo trata-se de um fenômeno paradoxal, pois diante do processo de urbanização, o neo-ruralismo e representam importante elemento de resistência à urbanização nos moldes da cidade, ao mesmo tempo em que representam a introdução de componentes desse modelo, mas conservando a essência



BRASIL: Distribuição da População Rural 2000/2010



BRASIL: Variação da Distribuição da População Rural 2000/2010

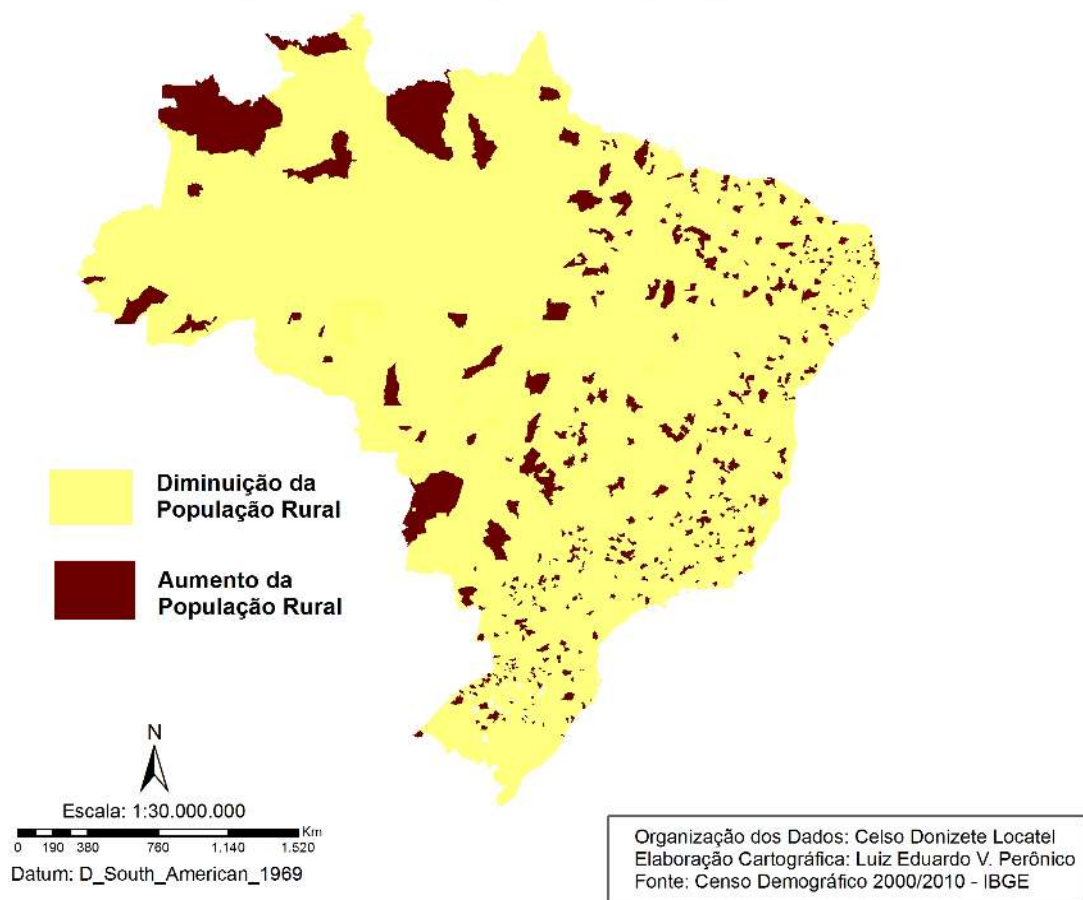


Figura 1- Brasil: Distribuição da população rural (2000/2010)
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

do rural. Assim, o conceito de neo-ruralismo é genérico e aplica-se a uma realidade pouco precisa e, ao mesmo tempo, está carregado de símbolos contraditórios. Para Giuliani (1990, p. 59), “o neo-ruralismo expressa a ideia de uma série de valores típicos do velho mundo, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade”. Ou seja, trata-se da valorização do modo de vida rural associado a elementos do modo de vida citadino.

Outro aspecto importante que merece destaque é que não existe um “novo rural”, noção utilizada por Graziano da Silva (1999) para se referir a reestruturação do campo brasileiro. Esses discursos explicam pouco ou quase nada, pois o que precisamos discutir são os novos arranjos espaciais, as novas solidariedades e os novos ciclos de cooperação que se estabelecem no território brasileiro. Além disso, o avanço do capitalismo no campo provoca a industrialização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital, a territorialização de capital por um lado e a monopolização do território, por outro.

De forma contraditória, há um processo crescente de incorporação de técnica à produção agropecuária, com a redução do número total de pessoas ocupadas no campo, porém se mantendo o caráter rentista da reprodução do capital, através dos mecanismos de sujeição da agricultura camponesa ao capital, que consegue converter em lucro o excedente de trabalho e a renda da terra, contidos nas mercadorias agrícolas provenientes da agricultura familiar (LOCATEL, 2004).

Na Tabela 1 está representada a distribuição do pessoal ocupado na agropecuária no Brasil por estados, onde se pode observar que houve um aumento da população ocupada no campo nos estados da região Norte do Brasil. Esse aumento deve-se à ocupação da fronteira agrícola, do processo de urbanização, tecnificação do território e apropriação desse território pelo grande capital. Houve também o aumento de população ocupada em atividades agropecuárias em municípios do Piauí, Ceará e Bahia, em razão da expansão da produção de soja na região do cerrado no Nordeste. Também se verifica um aumento da população ocupada em atividades agrícolas no estado Goiás, pois nesse caso há que se considerar a população do estado de Tocantins, por ter sido este último desmembrado do primeiro em 1988. Assim, quando se soma o pessoal ocupado em atividades agropecuárias nos dois estados verifica-se que ocorreu a duplicação desse número.

Além disso, o crescimento da ocupação na agropecuária nos anos 1980, quando se observa uma elevação no número de pessoas ocupadas no campo, em especial em 1985, é possível constatar que parte da mão de obra da agropecuária se constitui em exército de reserva para os setores urbano-industriais no Brasil, uma vez que esse período marca a estagnação do setor de comércio e serviços, a recessão do setor industrial, uma vez que somente o setor agropecuário manteve crescimento nessa década. A partir de 1990 observa-se a redução do número de ocupados no setor agropecuário para os mesmos patamares da década de 1970. Finalmente, no Censo Agropecuário de 2006, verifica-se que em relação a 1970 o Brasil apresentou uma redução de aproximadamente um milhão de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, o que não é expressivo, se considerarmos o índice de tecnificação da agropecuária nesse período.

Nota-se que há um aumento no número de mão de obra ocupada justamente na área de fronteira agrícola, formando um cinturão que abrange Rondônia, Acre, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Piauí e Pará. Nesse cinturão, houve um aumento da população e, conseqüentemente, da urbanização dessa região com a intensificação do uso da técnica na produção agropecuária. Assim, a industrialização da agricultura tem unido dialeticamente o que foi separado artificialmente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista: a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, como destaca Oliveira (1998).

Percebe-se de forma mais intensa a presença dos trabalhadores rurais na cidade, os bóias-frias, e os trabalhadores da cidade no campo, porque em boa parte dos municípios brasileiros o número da população rural é menor do que o número da população agrícola, o que significa mais uma vez que essa fronteira entre o rural e o urbano não nos ajuda a entender a realidade de algumas regiões brasileiras. A manutenção e até mesmo a redução do número de trabalhadores no campo



está associada a dois fatores, principalmente: o aumento da produtividade do trabalho, através da incorporação crescente de técnicas e o engessamento da estrutura fundiária dificultando o acesso a terra, que faz parte da lógica de reprodução do capital rentista no Brasil.

Tabela 1 – Brasil: evolução do pessoal ocupado na Agropecuária (1970 – 2010)

Brasil e Unidade da Federação	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544
Rondônia	20.563	103.992	176.934	324.440	304.523	277.756
Acre	62.081	77.486	95.754	115.659	93.586	99.578
Amazonas	283.326	415.457	460.702	545.077	350.439	266.667
Roraima	8.277	19.044	16.903	21.736	34.443	29.509
Pará	549.313	777.660	1.016.795	1.210.197	883.925	792.209
Amapá	10.464	19.008	14.523	21.449	16.660	13.095
Tocantins	-	-	-	239.496	194.221	176.831
Maranhão	1.182.711	1.494.705	1.672.502	1.672.820	1.331.864	991.593
Piauí	518.736	613.521	790.326	818.465	666.465	831.827
Ceará	1.021.712	999.721	1.069.258	1.271.800	1.170.724	1.145.985
Rio G. do Norte	307.881	382.488	432.188	432.317	332.516	247.507
Paraíba	584.656	799.632	648.607	763.963	479.987	490.287
Pernambuco	1.128.264	1.137.787	1.218.817	1.307.160	975.288	944.907
Alagoas	430.279	493.661	543.524	624.588	432.104	451.742
Sergipe	268.782	298.307	295.055	348.069	313.271	268.799
Bahia	2.125.809	2.518.925	2.662.835	3.202.485	2.508.590	2.325.984
Minas Gerais	1.979.847	2.189.945	2.284.550	2.660.130	2.000.046	1.896.924
Espírito Santo	299.647	312.062	349.510	399.033	351.461	317.559
Rio de Janeiro	245.649	278.564	301.688	321.912	174.274	157.674
São Paulo	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.805
Paraná	1.981.471	2.079.174	1.807.826	1.855.063	1.287.632	1.117.084
Santa Catarina	763.501	858.734	836.755	887.287	718.694	571.516
Rio Grande do Sul	1.446.813	1.893.935	1.747.230	1.747.932	1.377.022	1.231.820
Mato G. do Sul	-	257.132	230.983	253.993	202.709	211.191
Mato Grosso	373.039	263.179	318.570	359.221	326.767	358.321
Goiás	547.647	688.033	780.749	616.336	471.657	418.050
Distrito Federal	7.284	8.582	14.628	17.178	14.307	22.324

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1995, 2006.

Então, para poder pensar numa outra perspectiva de análise, sugere-se a superação da ideia de dicotomia para a ideia de sujeição. Há uma sujeição do campo à cidade, da agricultura à indústria e do camponês/agricultor familiar ao capital. Como explicar essa sujeição? Essa sujeição poderia ser explicada, dentre outras categorias, a partir da monopolização do território pelas empresas, e da territorialização do capital nos setores mais lucrativos do agronegócio (VERGOPOULOS, 1977). Também é possível se compreender melhor esse sistema de sujeição a partir da agroindustrialização, da financeirização do território, da tecnificação, da normatização e dos novos arranjos espaciais que se estabelecem a partir dessas transformações.

Dessa forma, verifica-se que campo e cidade não se tratam de espaços opostos, que suas características se diferenciam pela lógica de desenvolvimento das forças produtivas e de usos do território, pelos agentes hegemônicos e não hegemônicos, fazendo com que estes subespaços compartilhem conteúdos urbanos, assim como rurais, uma vez que não há como explicá-los de forma dissociada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto aqui, se coloca uma questão básica: a dicotomia campo-cidade ainda tem sentido? De forma simplificada, pode-se afirmar que a diferenciação entre espaço rural e espaço urbano é válida para a análise territorial. O que não tem sentido é a oposição campo-cidade. Diante das novas realidades do meio rural, essa oposição perdeu todo o seu conteúdo explicativo. Não se deve considerar um espaço rural, mas sim o rural enquanto conteúdo que se integra paulatinamente com conteúdos urbanos. Também não se deve simplesmente elencar as funções do campo (forma), através de uma classificação de atividades ou de uso do solo, senão tomá-las como resultado de um processo de integração, difusão e inter-relação dos elementos característicos do âmbito urbano com os do rural. Assim, campo e cidade, rural e urbano têm que ser considerados como complementares nas análises territoriais, por se tratarem de subespaços e conteúdos interdependentes, que resultam do processo de urbanização do território.

Nessa perspectiva, faz-se necessário pensar o espaço geográfico, ou esse par rural-urbano, a partir da forma e do conteúdo, visto que campo e cidade se constituem em formas e rural e urbano são conteúdos, resultantes das relações sociais. Atentando para obra do Lefebvre (1991) percebe-se que tal par de categorias não é o mais adequado para uma abordagem geográfica, pois o urbano indica uma sociedade em formação, na qual inclui o rural.

E, diante da crise do modelo urbano, e porque não dizer da crise da humanidade, como coloca Edgar Morin, porque não pensar em outro modelo? Acreditamos que é preciso garantir o direito à cidade para os cidadãos e também para os camponeses, ou seja, para quem vive na cidade, mas também para quem vive no campo.

Além disso, deve-se lembrar de que a urbanização do campo não provoca a eliminação do rural, por se tratar de um processo que atinge tanto a cidade como o campo. Assim, o que se pode afirmar é que existe uma nova territorialidade, composta por novas urbanidades e ruralidades, e que se faz necessário entendê-la desde uma nova abordagem, ou seja, considerando todos os elementos presentes no espaço, este entendido enquanto totalidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOWAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- ALENTEJANO, Paulo R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, AGB/SP, nº 15, 2000.
- ALENTEZANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira? In: Tedesco, João Carlos (org.). **A agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.147-173.
- ANDRADE, M.C. de. Geografia rural: Questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica** v. 25, nº 49-50, 1995. 3 -13p.
- BELL, D. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Cultrix. 1974.
- BERNARDELLI, M.L.F.H, LOCATEL, C. D., BARBUDO, R.R., Reestruturação socio-espacial e a segregação da vivenda. Os casos de Santiago de Chile, Mendoza e Buenos Aires. **Scripta Nova**. Actas del V Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, Universitat de Barcelona, 2003. [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(134\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(134).htm)
- CLOUT, Hugo. **Geografia rural**. Barcelona: Oikos-tau, 1976.
- CORS i IGLESIAS, Martí. Los usos residenciales del campo: el fenómeno de la rururbanización en la comarca del Bages. In: **Actas del coloquio de Geografia Rural de España**. Lleida, Universitat de Lleida, 2000.
- DICKINSON, Robert. **Ciudad, región y regionalismo. Contribuição geográfica a la ecologia humana**. Barcelona, Omega, 1961. 384 p.
- GARCIA RAMON. M. Dolores et al. **Geografia rural**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.



- GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n°. 14. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999. 151 p.
- KAGEYAMA, Angel. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista de Economia Aplicada**, n° 2, vol. 3, 1998, p. 515-551.
- KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000**. São Paulo: IE/UNICAMP, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- López-Monné, Rafael. Patrimonio rural, turismo y senderos. In: **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España**. Los Espacios Rurales en el Cambio de Siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo. Lleida, Universitat de Lleida, 2000.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre: Geografia, movimentos sociais e teoria**. São Paulo, ano 18, n.19, p.95-112, jul./dez. 2002.
- MARSDEN, T. (1994): Opening the boundaries of the rural experience: progressing critical tensions. **Progress in Human Geography**, vol. 18, 4, pp. 523-531.
- MOLINERO, Fernando. **Los espacios rurales. Agricultura y sociedad en el mundo**. Barcelona: Ariel, 1990. 430 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A agricultura brasileira transformações recentes. In.: ROSS, Jurandyr L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio. Incidencia y alcance del turismo rural en las comarcas fronterizas de la provincia de Zamora. In: **Actas del X Coloquio de Geografía Rural de España**. Los Espacios Rurales en el Cambio de Siglo: Incertidumbres ante los procesos de globalización y desarrollo. Lleida, Universitat de Lleida, 2000.
- REMY, Jean e VOYÉ, Liliane. **La ciudad y la urbanización**. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1976.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.
- SARACENO, Elena. Il concetto di ruralità: problemi di definizione sus cala europea. In: **Sviluppo nelle aree rurali: Metodi di analisi e politiche di intervento**. Roma, 30 de outubro de 1996. Disponível em: <<http://www.inea.it/eventi/rural.html>>. Acesso em : 01 set. 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999. 205 p.
- VEIGA, José Eli. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convenio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Inédito: Recife, 2001. Disponível em <<http://www.geobrasil2001.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 15/06/2007.
- VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 43-179.

Trabalho enviado em julho de 2013
Trabalho aceito em agosto de 2013